



A CRÍTICA DE JOHN R. SEARLE À NOÇÃO DE INCONSCIENTE E PERCEPÇÃO INCONSCIENTE



João Paulo Maciel de Araujo¹

Resumo:

O presente texto tem por objetivo apresentar as críticas de Searle à noção de inconsciente e percepção inconsciente. Para esse propósito, é preciso introduzir alguns conceitos referentes à sua teoria da percepção, uma vez que suas críticas têm como pressuposto uma defesa da consciência e da intencionalidade perceptual. De acordo com Searle, dada a dificuldade que é prover uma descrição adequada da consciência enquanto objeto de investigação empírica, filósofos e cientistas se sentem mais inclinados a investigar processos cognitivos subjacentes ao nível da consciência, isto é, processos que não dependem da consciência para serem observados. Esses processos foram chamados de processos inconscientes e o objetivo de Searle é mostrar o quão problemático pode ser a noção de inconsciente. O que comunen-

Abstract:

This work aims to present Searle's criticisms of the notion of the unconscious and unconscious perception. For this purpose, it is necessary to introduce some concepts referring to his theory of perception because his criticisms are based on a defense of consciousness and perceptual intentionality. According to Searle, given the difficulty of providing an adequate description of consciousness as an object of empirical investigation, philosophers and scientists feel more inclined to investigate underlying cognitive processes at the level of consciousness, that is, processes that do not depend on consciousness to be observed. These processes have been called unconscious processes and Searle's aim is to show how problematic the notion of the unconscious can be. What are commonly known as unconscious processes

¹ Doutor em Filosofia pelo programa integrado de Pós-Graduação em Filosofia UFPB-UFPE-UFRN. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco com período sanduíche na Universidad de Buenos Aires pelo Programa Capes PPCP-Mercosul. Professor horista no colegiado de filosofia da Universidade Estadual de Roraima. Membro do grupo de pesquisa Escola Amazônica de Filosofia – EAF.

te é conhecido como processos inconscientes nas ciências cognitivas são, na verdade, processos neurobiológicos interpretados como sendo intencionais e, portanto, tomados, muitas vezes, como estados mentais. Na visão de Searle, um estado mental inconsciente é aquele que, em princípio, pode tornar-se consciente (princípio de conexão). Na percepção inconsciente, o princípio de conexão também deve estar presente se queremos oferecer uma explicação coerente dos processos perceptuais inconscientes. Portanto, toda a discussão de Searle em torno do inconsciente e, conseqüentemente, da percepção inconsciente é exclusivamente dependente de seu modelo explicativo de uma teoria intencional da consciência e da percepção.

Palavras-chave:

percepção, intencionalidade, consciência, inconsciente, percepção inconsciente.

Introdução

As considerações de Searle sobre a percepção inconsciente tornaram-se notórias apenas com a publicação de *Seeing Things As They Are* (2015). Todavia, essas considerações compõem o menor capítulo de seu livro, sendo, portanto, algo muito discreto em sua produção filosófica e, conseqüentemente, em sua teoria da percepção. Até então, todas as descrições dadas por Searle (1983; 2004; 2012) acerca da percepção eram apenas no horizonte da consciência e da intencionalidade. Em sua teoria da percepção, a intencionalidade desempenha um papel muito importante, sendo ela, uma noção extremamente cara ao seu pensamento filosófico como um todo. No que diz respeito ao tema da percepção

in the cognitive sciences are actually neurobiological processes interpreted as being intentional and therefore often taken to be mental states. In Searle's view, an unconscious mental state is one that in principle can become conscious (connection principle). In unconscious perception, the connecting principle must also be present if we are to offer a coherent explanation of unconscious perceptual processes. Therefore, all of Searle's discussion of the unconscious and, consequently, of unconscious perception, is exclusively dependent on his explanatory model of an intentional theory of consciousness and perception.

Keywords:

perception, intentionality, consciousness, unconscious, unconscious percep-

inconsciente, há em Searle (1991; 1992; 2004) uma discussão muito mais abrangente, que é a discussão sobre o inconsciente.

Nesse sentido, podemos considerar a discussão sobre o tema da percepção inconsciente algo menor ou um subproduto de uma discussão maior sobre o inconsciente. Quando comparamos, em seus escritos, o que já foi publicado sobre o inconsciente e o que já foi publicado sobre percepção inconsciente, é minimamente intrigante o porquê de o tema da percepção inconsciente ter sido quase completamente ignorado pelo estudioso ao longo das décadas.

No que concerne à literatura em filosofia da mente/percepção, ao menos desde a década de 60, os filósofos analíticos já falavam em percepção inconsciente, um exemplo notório é o clássico *A Materialist Theory of the Mind* (1968), de David Armstrong. Então, por que Searle se esquivou tanto deste tema? A resposta é muito simples: não há espaço na teoria de Searle para uma explicação dos fenômenos perceptuais inconscientes, uma vez que sua teoria funciona no horizonte da consciência e da intencionalidade. O que Searle faz é apresentar uma série de críticas à noção de inconsciente, que, em sua visão, é confusa e incoerente.

Portanto, a partir dessas questões, pretendo apresentar como Searle compreende o fenômeno da percepção inconsciente e como esse tema está conectado com um tema maior, que é o tema do inconsciente. Para este propósito, inicialmente apresentarei o que Searle entende por percepção e por inconsciente, para só depois avançar no que Searle está considerando como processos perceptuais inconscientes.

1. Percepção

A teoria da percepção de Searle possui dois modelos explicativos distintos, mas que não são excludentes. Assim, é possível notar uma continuidade e amadurecimento a partir do seu primeiro modelo até o atual. O primeiro modelo explicativo da percepção é oriundo dos anos oitenta. Costumo chamá-lo de *proto* teoria da percepção, localizada no capítulo dois da obra *Intencionalidade* (1983). O outro, um modelo acabado e pormenorizado, onde muitos dos *insights* centrais já estavam dados desde os anos oitenta, está presente em *Seeing Things As They Are* (2015). Trata-se de uma obra exclusivamente dedicada à filosofia da percepção. Comparado com o primeiro modelo, este segundo possui revisões e abrangências conceituais que não existiam no capítulo dois de *Intencionalidade* (1983).

Nas palavras de Searle (2015, p. 3), em *Intencionalidade*, “havia algumas imprecisões e incompletude em minha explicação”.

Agora em sua teoria atual, Searle precisa contrastá-la com outras visões e explicar por que a sua concepção seria melhor. Para isso, ele lança mão de uma noção que chamou de *Bad Argument*. O *Bad Argument* seria uma visão equivocada da percepção que, segundo Searle (2015), foi defendida pela maior parte dos filósofos ao longo dos séculos. O *Bad Argument*, portanto, encerra a ideia de que “nós nunca percebemos diretamente objetos e estados de coisas no mundo, mas percebemos apenas diretamente nossas experiências subjetivas” (Searle, 2015, p. 11). Poderíamos afirmar que o *Bad Argument*, tal como é descrito por Searle, já havia sido antecipado na própria modernidade filosófica por Thomas Reid quando este afirmou que “Todos os filósofos, de Platão ao Sr. Hume, concordam que não percebemos os objetos externos imediatamente e que o objeto imediato da percepção deve ser alguma imagem presente na mente” (Reid, 1785, p. 86). Segundo Searle (2015), qualquer argumento que pretenda tratar a experiência perceptual como objeto da experiência real ou possível seria uma forma de *Bad Argument*. Para entendermos melhor esse ponto é preciso estar atento à distinção que Searle faz entre conteúdo e objeto.

De acordo com Searle (2015, p. 37), “duas experiências perceptuais podem ter conteúdos de mesmo tipo, mas uma tem objeto enquanto que a outra não”). O conteúdo intencional consiste na experiência subjetiva que ocorre dentro de nossas cabeças; em contrapartida, o objeto intencional revela-se como qualquer objeto do mundo externo capaz de causar em nós experiências subjetivas perceptuais. Essa noção foi influenciada pela teoria causal da percepção de Paul Grice². Entretanto, em Searle, a causalidade assume formas intencionais, pois considera o sujeito da percepção consciente e ativo em todo o processo.

Em sua explicação da percepção, Searle (1983; 2004; 2012; 2015) defende um realismo direto acerca do tipo de acesso que temos aos objetos do mundo externo. O realismo direto afirma que as coisas que percebemos no mundo, percebemo-las da maneira como elas realmente são. Como o próprio termo (“realismo direto”) aponta, temos um acesso direto, portanto, não mediado ao mundo objetivo.

O realismo direto é também conhecido por realismo ingênuo (*naïve*). Entretanto, Searle (2015) faz questão de frisar que o realismo dele não pode ser ingênuo³, reservando

2 GRICE, H. Paul. The Causal Theory of Perception. *Proceedings of the Aristotelian Society*. Supp. vol. xxxv, 1961. p. 121-53.

3 Não obstante, em *Intencionalidade* (1983), Searle não parece ter esse cuidado de separar o seu realismo

este termo para os disjuntivistas, que também endossam um realismo direto (ingênuo). Não é meu propósito explicar os pormenores do que seja o disjuntivismo em percepção, até porque esta proposta possui alguns matizes⁴ que não teríamos como dar conta aqui. Todavia, retornarei ao disjuntivismo para mostrar uma questão que faz toda diferença entre o realismo direto de Searle e o realismo direto (ingênuo) que eles defendem.

Além do disjuntivismo, uma postura em filosofia da percepção bastante atraente e dominante no âmbito das discussões filosóficas é o realismo indireto, também conhecido como representacionalismo. Esta postura estabelece que todas as nossas percepções de objetos físicos no mundo natural são sempre percebidas indiretamente. Dessa forma, o que percebemos de maneira imediata e direta são apenas objetos internos não físicos como impressões, ideias, *sense-data*, e assim por diante⁵. Agora que sabemos que Searle defende um realismo direto em sua explicação perceptual, vamos a um outro aspecto importante a ser levado em conta, a saber, para Searle (1983; 2004; 2012; 2015), percepção pressupõe consciência e intencionalidade.

Definir consciência pode ser algo extremamente complicado dada a miríade de concepções que este conceito pode abarcar. Contudo, isso não nos impede de caracterizá-la de maneira sucinta para o nosso objetivo em questão, que é oferecer uma breve imagem acerca da teoria da percepção de Searle. Além de um fenômeno biológico causado por processos neuronais em nosso cérebro, Searle (2015, p. 46) afirma que “consciência (*consciousness*) consiste em todos os nossos estados (processos, eventos, etc.) de sentimento, senciência ou de consciência (*awareness*)”. Trata-se de um fenômeno que abrange muitas esferas de nossa vida psíquica.

Em nossa vida prática, a consciência está presente em nós desde o primeiro momento que despertamos de nosso sono e só encerra quando voltamos a dormir. Todavia, como bem observa Searle (2015, p. 47), “sonhos são uma forma de consciência, embora

direto de um realismo ingênuo ao declarar que “Não é meu objetivo neste capítulo entrar nas disputas tradicionais concernentes à filosofia da percepção; no entanto, a tese que estou defendendo sobre a intencionalidade da experiência visual talvez seja mais clara se nos desviarmos um momento para contrastar essa visão realista ingênua (*naïve realist view*) com seus grandes rivais históricos, a teoria representativa e o fenomenalismo” (Searle, 1983, p. 58).

4 Uma visão sucinta dos tipos de disjuntivismo está no capítulo 7 (*varieties of disjunctivism*) de SOTERIOU, Matthew. **Disjunctivism**. New York: Routledge, 2016. Para uma discussão mais abrangente, ver BYRNE, Alex & LOGUE, Heather (Eds.). **Disjunctivism: Contemporary Readings**. Massachusetts. The MIT Press, 2009.

5 Para uma descrição acurada do representacionalismo, ver o cap. 4 de MAUND, Barry. **Perception**. (Central Problems of Philosophy) Chesham: Acumen, 2003.

bem diferente da consciência desperta”. Além do mais, para Searle (1992; 2004; 2015), é possível traçar algumas características da consciência como, por exemplo, qualitatividade, subjetividade, unidade e irredutibilidade.

Com a intencionalidade não é muito diferente, ela também é considerada por Searle (1984; 2015) como parte de nossa biologia, possuindo, portanto, seu lugar de direito na natureza. Em termos definicionais, Searle (1983, p. 1) caracteriza a intencionalidade como “aquela propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos para, ou acerca de objetos e estados de coisas no mundo”. No grau de dificuldade, de acordo com Searle (2004), o problema da intencionalidade só estaria abaixo do problema da consciência, sendo este um subproduto ou um espelho do problema da consciência.

Desde Brentano (1876), a intencionalidade vem sendo majoritariamente caracterizada como a marca de nossos estados mentais, que, por seu turno, se distinguem ontologicamente dos estados de coisas no mundo. A intencionalidade pode ser sobre estados de coisas, mas não é ela mesma os objetos e estados de coisas em si. Por essa razão, apenas estados mentais exibem intencionalidade. Assim, estados mentais como crenças, desejos, esperanças, medos, sonhos etc. são sempre acerca de algo, isto é, possuem um conteúdo intencional. Isso faz com que a intencionalidade esteja intimamente relacionada com a forma como nós representamos o mundo.

Em sua explicação intencionalista da percepção, Searle (1983; 2004; 2012; 2015) desenvolve toda uma linha de argumentação segundo a qual consciência e intencionalidade são características imprescindíveis dos fenômenos perceptuais. Para Searle, uma explicação da percepção que não leve em conta a consciência e a intencionalidade não deve ser levada a sério. Sendo a consciência o pano de fundo dessas questões a nível de fenômenos e a neurobiologia o nível mais baixo de condições de possibilidade para os nossos estados mentais, Searle (2015) considera que há uma relação intrínseca entre intencionalidade e percepção. Dessa forma, fenômenos perceptuais não podem ser concebidos senão como dotados de intencionalidade. Isso faz com que a explicação dos fenômenos perceptuais em Searle seja intrinsecamente intencional, além, é claro, de que o tipo de acesso que temos aos objetos do mundo natural seja direto (realismo).

Percepção pertence à classe dos estados mentais e, como vimos, estados mentais exibem intencionalidade, sendo muitas vezes acerca de objetos e estados de coisas no mundo. Há três casos paradigmáticos para explicar nossas experiências visuais: percepção verídica, ilusão e alucinação. A teoria da percepção de Searle responde a cada um desses três

casos. Quando nossa experiência visual é causada por objetos externos, chamamos essa experiência visual de percepção verídica (*the good case*). Na descrição de Searle (2015), há um objeto intencional no mundo natural que causou minha experiência visual subjetiva, a essa experiência Searle atribui um conteúdo intencional. Quando tenho uma ilusão perceptiva, ou seja, se estou a ver algo que acredito ser um X, mas que na verdade é um Y, o que ocorreu foi uma falha no modo como minha percepção capturou o objeto em questão. Às vezes, temos consciência da ilusão, como no exemplo do bastão que assume uma aparência curva quando imerso na água. Na ilusão, ainda existe um objeto externo que causou minha percepção, embora o conteúdo da percepção seja ilusório. Em contrapartida, na alucinação (*the bad case*), o que existe é apenas a experiência visual (conteúdo intencional), mas sem um objeto do mundo externo responsável por causar a experiência. Na alucinação, o sujeito tem uma experiência visual de algo que não corresponde nem de forma verídica, nem de forma ilusória ao mundo.

Apesar de não haver um objeto (causal) da experiência perceptual, a experiência visual de caráter alucinatório compartilha de um elemento comum com os outros casos. Trata-se do elemento fenomenal ou conteúdo intencional. Searle (2015) não faz uma distinção ontológica entre o conteúdo intencional de uma percepção verídica e o conteúdo intencional de uma alucinação. Do ponto de vista fenomenológico, Searle (2015, p. 170) decide “considerar que casos de percepção verídica e casos de alucinação correspondentes são exatamente os mesmos”. Em outras palavras, há em Searle uma defesa do elemento comum entre o caso verídico e o caso alucinatório.

Mais acima mencionei que os disjuntivistas defendiam um realismo ingênuo acerca da percepção. O que essencialmente distingue o realismo direto de Searle do realismo direto (ingênuo) dos disjuntivistas é a defesa da tese do elemento comum. Em sua defesa do realismo direto (ingênuo), os disjuntivistas não endossam a tese do elemento comum entre o conteúdo intencional de uma percepção verídica e o conteúdo intencional de uma alucinação. Este ponto, que distingue Searle dos disjuntivistas, revela um elo frágil em sua defesa do realismo direto, que, numa certa medida, pode ser interpretado como uma teoria representacional da percepção.

Assim, podemos considerar três características principais na teoria da percepção de Searle: a primeira, é sua defesa do realismo direto; a segunda, a tese de que percepção envolve intencionalidade; e terceira, a tese de que existe um elemento comum entre os casos verídicos e alucinatórios. Não pretendo desenvolver aqui as implicações de cada uma

dessas características, seus problemas e inconsistências⁶. Ao contrário, meu propósito foi apenas prover uma imagem razoável e sucinta de sua teoria da percepção para avançarmos em nosso objetivo.

2. O Inconsciente

As considerações de Searle sobre a problemática do inconsciente surgem em contraposição à falta de interesse dos filósofos e cientistas cognitivos em prover um programa de estudos e investigação adequados para a consciência. Em *Consciousness, Unconsciousness and Intentionality* (1991), um texto que antecipa e serve de base para algumas das reflexões sobre o tema do inconsciente na *Redescoberta da Mente* (1992), Searle (1991, p. 45) afirma que “uma das coisas mais surpreendentes no último meio século na filosofia analítica da mente é a escassez de trabalhos sérios sobre a natureza da consciência”. Dada a dificuldade que é prover uma descrição adequada da consciência enquanto objeto de investigação empírica, filósofos e cientistas se sentem mais inclinados a investigar processos cognitivos subjacentes ao nível da consciência, isto é, processos que não dependem da consciência para serem observados. Esses processos foram chamados de processos inconscientes e o objetivo de Searle (1991; 1992; 2004) é mostrar o quão problemático pode ser a noção de inconsciente.

Em *Mind* (2004), Searle delinea quatro tipos de inconsciente explorando sua natureza e modos de existência para então determinar quais, em sua visão, são problemáticos e quais não são. Ele começa ingenuamente perguntando se o inconsciente mental realmente existe, isto é, se pode existir um estado que é literalmente mental e ao mesmo tempo inconsciente. Para Searle (2004), esses estados não seriam subjetivos e tampouco qualitativos pelo fato de não serem parte de um campo unificado de consciência. Com o intuito de fortalecer a linha de argumentação que pretende desenvolver, Searle (2004, p. 238) recorre à clássica noção cartesiana de consciência:

Para Descartes, é óbvia a resposta à pergunta: *Existem estados mentais inconscientes?* A ideia de um estado mental inconsciente é uma autocontradição. A mente é definida por Descartes como *res cogitans* (coisa pensante) e “pensar”

6 Exploro essas questões de modo aprofundado em ARAUJO, J. P. M. Representacionalismo e realismo direto na teoria da percepção de John. R. Searle. In: SOUZA, Marcus José Alves de & LIMA FILHO, Maxwell Morais de (Orgs.). *Escritos de Filosofia IV: Linguagem e Cognição*. Porto Alegre. Editora Fi, 2020.

para Descartes é apenas outro nome para a consciência. Assim, a ideia de um estado mental inconsciente seria a ideia de uma consciência inconsciente, uma simples autocontradição.

A noção cartesiana de consciência, bem como sua conexão com o pensar, é algo que perdura até os nossos dias atuais. Todavia, apesar de seu apelo intuitivo, ela passou a ser sistematicamente questionada a partir do advento da psicanálise. Na abordagem que Searle (2004, p. 238) faz do inconsciente, o modelo explicativo de Freud seria apenas uma tentativa de descrever um tipo de estado mental que em tese seria desprovido de consciência, afirmando que “o problema com esta imagem é que é muito difícil fazer algum sentido nela”. Vamos supor que você tenha em mente o seguinte pensamento (consciente): “Wittgenstein só apreciava filmes de faroeste”. Vamos agora repetir o procedimento só que subtraindo a consciência, isto é, o mesmo pensamento só que inconscientemente. Como seria tal coisa possível?

Para entendermos esse ponto, voltemos aos quatro tipos de “inconsciente” delineados por Searle (2004), que resumidamente são definidos como: (1) pré-consciente; (2) inconsciente reprimido; (3) inconsciente profundo e (4) não-consciente. O primeiro deles é um caso fenomênico e, portanto, não problemático. O próprio termo vem da psicanálise, seria aquilo que Freud⁷ (1912) chamou de pré-consciente. Mas em termos searleanos, trata-se daquela dimensão disposicional que nossas crenças possuem enquanto possibilidade de se tornarem conscientes. Por exemplo, a minha crença de que “Wittgenstein só apreciava filmes de faroeste” é uma crença que não precisa estar presente em minha consciência o tempo todo. Da mesma forma, minha crença de que “Boa Vista é a capital de Roraima” ou que “Damurida é uma comida apimentada”, até poucos segundos atrás, não fazia parte do meu campo consciente. Aqui é revelado o caráter intencional de nossas crenças porque são sempre acerca de algo, muito embora, elas não precisam necessariamente serem conscientes. Dado o conjunto infinito de nossas crenças, elas estão muitas vezes em *stand by*, de modo que podem ser acessadas indefinidamente por nós. Portanto, aqui temos um caso que Searle (2004) considera não problemático.

7 Em seu artigo “*Algumas observações sobre o conceito de inconsciente na psicanálise*”, Freud apresenta três concepções para o inconsciente. Seguindo a tríplice noção Inconsciente/Pré-consciente/Consciente Freud delinea: (1) concepção descritiva do inconsciente, isto é, o inconsciente em estado latente embora capaz de consciência; (2) concepção dinâmica do inconsciente, ou seja, recalque ou repressão em relação à certos conteúdos indesejáveis no âmbito da consciência e (3) concepção sistemática do inconsciente, a saber, o inconsciente enquanto algo que possui suas próprias leis de funcionamento e que diferem radicalmente da atividade da consciência. Disso podemos notar o quão problemático pode ser o conceito de inconsciente em Freud se o tomarmos unilateralmente.

O segundo caso (o inconsciente reprimido), ao contrário do primeiro, Searle considera problemático. O *insight* basilar sobre esse tipo de inconsciente é a ideia segundo a qual um indivíduo tem um ou mais estados mentais que interferem causalmente em seu comportamento. O indivíduo neste caso desconhece completamente a existência deste estado mental (inconsciente), frequentemente negando-o. Trata-se da genuína repressão descrita por Freud. De acordo com Searle (2004, p. 240), “esses são casos em que o estado mental inconsciente funciona causalmente, mesmo quando inconsciente”. Para ilustrar esse ponto, um bom exemplo prático é quando alguém está sob efeito da hipnose. Na hipnose, o indivíduo age por um motivo que não tem consciência e que, em alguns casos (em condições normais), esta ação seria contrária ao que ele pensa e acredita.

O terceiro caso (inconsciente profundo), não opera mais no terreno da psicanálise, mas, sim, no das ciências cognitivas. Searle considera esse caso tão problemático quanto o segundo caso acima descrito. O indivíduo não pode trazer o estado mental à consciência porque esse tipo de processo (inconsciente) “não é o tipo de coisa que pode formar o conteúdo de um estado intencional consciente” (Searle, 2004, p. 241). Em seu texto, Searle (2004) usa como exemplo o modelo explicativo das ciências cognitivas. Via de regra, é afirmado que uma criança quando aprende uma língua ela o faz aplicando de maneira “inconsciente” regras computacionais de uma gramática universal. O mesmo ocorre para muitas de nossas percepções visuais, que são operações computacionais “inconscientes” de *inputs* em nossa retina, um processo subjacente à nossa consciência⁸.

Em ambos os casos, tanto na aquisição da linguagem quanto na formação de percepções, as regras computacionais não são o tipo de coisa que poderiam ser pensadas conscientemente. Em última análise, elas se reduzem inteiramente a sequências massivas de zeros e uns, e tudo o que a criança pode fazer quando pensa, ela não pode pensar em zeros e uns, e de fato os zeros e uns são apenas uma maneira de falar. Os zeros e uns existem na mente do observador e formam um modo de descrição do que se passa inconscientemente na mente da criança (Searle, 2004, p. 241).

Por fim, o quarto caso de inconsciente (o não consciente) descrito por Searle é algo que pertence à nossa dimensão neurobiológica. Este é mais fácil e intuitivo de compreen-

⁸ Há, na filosofia da mente e nas ciências cognitivas, toda uma literatura e discussão em torno desses estados ou processos subjacentes à nossa consciência. Eles são conhecidos pelo termo “estados subdóxicos” e encerram processos que ocorrem em nossa cognição, dos quais nós não temos a mínima consciência. Um texto paradigmático sobre o assunto é o artigo de Stephen Stich (1978), “*Beliefs and Subdoxastic States*”.

der e é considerado por Searle, assim como o primeiro caso, não problemático. Grosso modo, poderíamos afirmar que o que se passa em minha retina e no meu lobo occipital não é acessado diretamente e conscientemente por mim. O que tenho acesso são apenas os conteúdos fenomênicos e intencionais de minha percepção visual. Trata-se de processos que para ocorrerem não precisam de um indivíduo consciente. Searle (2004) usa como exemplo a nossa medula; mesmo se estivéssemos inconscientes, ela continuaria controlando nossa respiração. Em suma, nós não temos acesso a esses processos da mesma forma que acessamos os conteúdos da nossa consciência, pois não se tratam de fenômenos mentais.

Podemos resumir esses quatro casos de inconsciente descritos por Searle na categoria dos que são considerados fenômenos mentais e dos que não o são. O primeiro e segundo casos residem no âmbito fenomênico de nossos estados mentais, enquanto que o terceiro e quarto escapam à categoria de fenômenos mentais. A estratégia de Searle (2004, p. 242) consiste em mostrar que “a forma de compreender os casos reprimidos segue o modelo do primeiro, o pré-consciente; e a maneira de entender o terceiro, os casos inconscientes profundos, segue o modelo do quarto, os casos não conscientes”.

No que concerne aos casos problemáticos de inconsciente, Searle desenvolve alguns questionamentos. Para os casos de tipo (2), ele faz a seguinte pergunta: “Como pode um estado mental reprimido existir e funcionar como um estado mental quando está completamente inconsciente?” (Searle, 2004, p. 243). Como vimos, para os casos de tipo (1), não há problema, uma vez que é perfeitamente comum uma pessoa estar inconsciente e ainda assim possuir uma gama de crenças em *stand by*. Em outras palavras, eu não preciso estar consciente de todas as minhas crenças para dizer que as tenho. Mas com os casos de tipo (2) isso não é tão simples, pois o estado inconsciente (reprimido) teria poderes causais no comportamento humano. Segundo Searle (2004, p. 243), “parece-me que quando atribuímos esses estados mentais inconscientes a um agente, estamos atribuindo características neurobiológicas capazes de causar consciência”.

Para resolver o problema dos casos de tipo (2), Searle (2004, p. 245) propõe que “o mesmo tipo de processo neurobiológico que pode causar um estado consciente também pode causar um comportamento apropriado para ter esse estado consciente”. Dito de outro modo, os casos de tipo (1) e (2) estão intimamente relacionados com a nossa neurobiologia, ou seja, com o funcionamento do nosso cérebro. O cérebro é condição *sine qua non* para que possa haver tais estados. Esta é uma tese defendida por Searle que ficou conhecida como naturalismo biológico e ela foi primariamente proposta em 1992 com a publicação da obra *A Redescoberta da Mente*. Lá vemos Searle (1992, p. 1) afirmar que:

Os fenômenos mentais são causados por processos neurofisiológicos no cérebro e são eles próprios características do cérebro. (...) Eventos e processos mentais fazem parte de nossa história biológica natural tanto quanto a digestão, a mitose, a meiose ou a secreção enzimática.

Nesse sentido, é esperado que Searle proponha uma explicação naturalista para o inconsciente, erradicando qualquer possibilidade de tratar o inconsciente como uma entidade metafísica que não possua nenhuma relação com o mundo natural. Ao menos para os dois primeiros casos de inconsciente, nenhum mistério paira sobre sua explicação.

No que concerne aos casos de tipo (3), Searle (2004) é resolutivo ao afirmar que não existem tais casos. Sua tese sobre esses casos é simples e direta. Para Searle (2004), aquilo que ele está chamando de inconsciente profundo nas ciências cognitivas não passa de processos neurobiológicos interpretados como sendo intencionais e, portanto, tomados muitas vezes como estados mentais. Dentro da tese do naturalismo biológico de Searle, existem processos neurobiológicos capazes de causar na consciência uma gama de estados mentais. Por outro lado, esses processos descritos nos casos de tipo (3) se comportam como se fossem intencionais. Porém, “na medida em que o estado mental não é nem mesmo o tipo de coisa que poderia se tornar o conteúdo de um estado consciente, não é um estado mental genuíno” (Searle, 2004, p. 246).

Diferentemente dos casos de tipo (1) e (2), os casos de tipo (3) jamais poderão chegar à consciência como um conteúdo intencional da mente. Na visão de Searle, um estado mental inconsciente é aquele que em princípio pode tornar-se consciente. Ele chamou isso de “Princípio de Conexão” (*Connection Principle*), ou seja, “a noção de inconsciente está logicamente conectada à noção de consciência” (Searle, 2004, p. 246). Vimos no início do texto que consciência e intencionalidade são noções bem caras ao pensamento filosófico de Searle. Ademais, fenômenos intencionais possuem formas aspectuais, na medida em que permitem ver ou experienciar um fenômeno de uma determinada perspectiva. Se a intencionalidade é aquela característica de nossos estados mentais de serem sempre sobre alguma coisa, a forma aspectual é a idiosincrasia do modo em que a própria coisa se apresenta na consciência. O que Searle conclui é que nos casos de tipo (3) não há forma aspectual e a razão já sabemos, porque os casos de tipo (3) não são autênticos estados mentais.

Com isso, Searle assimila os casos de tipo (3) aos de tipo (4), uma vez que eles são desprovidos de qualquer traço que possa ser identificado como um autêntico estado mental. Trata-se de um grande equívoco afirmar que estados cerebrais seriam estados in-

conscientes ocorrendo abaixo do radar da consciência. Nossa neurobiologia é totalmente desprovida de forma aspectual. Searle usa como exemplo um homem que tem o desejo de beber água, mas que não tem o desejo de beber H₂O. A razão é muito simples, ele não sabe o que é H₂O:

Mas o comportamento externo será exatamente o mesmo nos dois casos: o caso de desejar água e o caso de desejar H₂O. Em cada caso, ele procurará beber o mesmo tipo de bebida. Mas os dois desejos são diferentes. Como essa diferença pode ser captada no nível da neurofisiologia? A neurofisiologia, descrita em termos de força sináptica e potenciais de ação, nada conhece sobre a forma aspectual (Searle, 2004, p. 247).

Dois outros aspectos que Searle leva em consideração em sua discussão sobre o tema do inconsciente são: (A) razões para ação e (B) seguir regras. Não pretendo me dete- nesse tópicos, mas para fins de uma visão resumida farei breves considerações. No que concerne às razões para agir, à explicação de nossas ações a partir de razões, Searle adota uma postura davidsoniana de senso comum. Davidson (1963) afirma que uma razão justifica ou racionaliza uma ação se, e somente se, a razão nos leva perceber que o agente viu em sua ação alguma característica, consequência ou aspecto da ação que o agente desejava, prezava, considerava benéfica, obrigatória etc.

Searle (2004, p. 250) considera a noção de razão um elemento chave para a explicação da ação humana, na qual “o conteúdo da explicação deve corresponder ao conteúdo da mente do agente cujo o comportamento está sendo explicado”. Mas como funciona isso no âmbito do inconsciente? Assim, como razões explicam nossas ações, a postulação do inconsciente também tem por objetivo explicar nossas ações, ou ao menos uma parcela de nossas ações, que normalmente uma explicação racional não daria conta.

Como observa Searle (2004, p. 250), “a razão pela qual dizemos que as pessoas têm motivações inconscientes é que não encontramos outra maneira de explicar algumas formas de seu comportamento”. Todavia, Searle chama atenção para o fato de que as razões que justificam nossas ações não são simples razões, elas o são apenas na superfície. Na verdade, elas, muitas vezes, são um conjunto de razões complexas que constituem aquilo que Searle (2000) desde *Rationality in Action* chamou de razão total (*total reason*).

Razões são sempre proposicionais na forma e algo é uma razão apenas se for parte de uma razão total. O ponto chave para a discussão do inconsciente é este.

Existem algumas formas de comportamento humano que só fazem sentido se postularmos uma razão para a ação da qual o próprio agente não tem consciência (Searle, 2004, p. 251-2).

Mais uma vez, postular uma razão na qual o agente não tem consciência deve ser algo que a princípio poderia tornar-se consciente para o agente. Desse modo, o inconsciente só tem sentido de ser postulado se ele está conectado em alguma medida com a consciência.

Além das razões para ação, um outro aspecto considerado por Searle é o de seguir uma regra. Ao menos, desde Wittgenstein (1953), os filósofos discutem o que significa seguir uma regra. Em termos wittgensteinianos, seguir uma regra é uma instituição pública atravessada pela dimensão intersubjetiva de nossa linguagem. É a partir daí que Wittgenstein (1953) afirma que não pode existir uma linguagem privada, porque falar uma língua é seguir regras e ninguém pode seguir uma regra privadamente pelo simples fato de que acreditar seguir uma regra não é seguir uma regra. Os critérios de correção de regras são sempre realizados na esfera pública de nossas relações sociais, e não a partir de estados subjetivos isolados desconectados de todo o resto. Searle (2004) considera o seguir regras uma subcategoria especial de razões para ação e lança mão desse *background* para discutir se podemos seguir regras inconscientemente.

Dessa forma, Searle (2004, p. 253-5) elenca seis características do comportamento quando seguimos regras. A primeira delas (1) afirma que o conteúdo da regra deve funcionar causalmente na produção do comportamento; regras condicionam nosso comportamento. A segunda (2) depende da primeira e afirma que as regras têm propriedades lógicas que são comuns aos estados intencionais e aos atos de fala diretivos de quando obedecemos a uma ordem. A terceira (3) é corolário de (1) e (2), pois toda regra deve ter um conteúdo intencional que revela uma forma aspectual concernente à própria regra. A quarta (4) preza pelo voluntarismo de seguir uma regra, ou seja, para que uma regra seja capaz de guiar o comportamento, ela tem de ser algo que o agente possa seguir voluntariamente e isso implica também em deixar de seguir a própria regra. A quinta (5) diz que regras estão sempre sujeitas a interpretações, isto é, podemos seguir a mesma regra, mas a partir de outras motivações ou justificações. Por fim, (6) afirma que seguir regras só pode ocorrer em tempo real (aqui e agora), no qual são determinadas as condições de satisfação, ou seja, se estamos ou não performando a regra corretamente.

De acordo com Searle (2004), essas seis características são elencadas apenas ao nível da consciência e quando postulamos o seguimento de regras no nível inconsciente

fica difícil manter algumas das características descritas acima. O alvo de Searle (2004, p. 256) quando postula o seguir regras a nível inconsciente são as ciências cognitivas, para ele “muitas postulações de seguimento inconsciente de regras, como nas explicações da ciência cognitiva da percepção visual e aquisição da linguagem, não atendem a essas condições”.

Searle (2004, p. 256) conclui suas observações afirmando que “A noção de inconsciente é uma das concepções mais confusas e mal pensadas da vida intelectual moderna”. Para ele, precisamos de uma noção coerente do inconsciente, esta noção deve se ajustar ao nosso conhecimento da realidade incluindo o que sabemos sobre o cérebro. Uma chave para essa compreensão mais coerente é o princípio de conexão, que, como vimos, conecta a noção de inconsciente à noção de consciência. Apesar de demonstrar não estar inteiramente satisfeito com sua conclusão e de não conseguir pensar numa explicação alternativa melhor, Searle (2004, p. 257) insiste que:

Dizer de um agente que ele tem tal e tal estado intencional inconsciente, e que esse estado está funcionando ativamente na causa de seu comportamento, é dizer que ele tem um estado cerebral que é capaz de causar esse estado de forma consciente, mesmo que em um caso particular possa ser incapaz de causá-lo de forma consciente por causa de dano cerebral, repressão, etc.

É notória a problemática em torno da ontologia do inconsciente em Searle. Como já foi afirmado ao longo do texto, todo o seu esforço consiste em tentar obter uma explicação do inconsciente que seja compatível ou consistente com uma visão naturalista do mundo físico e com o papel dos estados mentais no mundo.

3. Percepção Inconsciente

Desde *Intencionalidade* (1983), Searle se dedicou apenas a prover uma explicação da percepção consciente, ignorando completamente as discussões em torno dos fenômenos perceptuais inconscientes. O fato é que em sua teoria da intencionalidade perceptual não há espaço para uma explicação da percepção inconsciente, uma vez que todo o seu foco é na explicação da percepção consciente. Mas o que significa então o tópico da percepção inconsciente em Searle? Da mesma forma que a discussão do inconsciente, a questão da percepção inconsciente recebe uma conotação crítica da parte de Searle. A

diferença agora é que Searle irá focar suas críticas no modo como as ciências cognitivas descrevem o fenômeno em questão.

Em sua obra *Seeing things as they are*, Searle (2015) desenvolve toda uma teoria intencional da percepção focando apenas na percepção consciente e dedicando apenas um pequeno capítulo para tratar da percepção inconsciente. Neste capítulo, ele começa explanando resumidamente o que ela já havia feito em *A Redescoberta da Mente* (1992) e em *Mind* (2004) sobre o inconsciente para, a partir de então, discutir os casos que as ciências cognitivas estão chamando de percepção inconsciente. Vale ressaltar que aquilo que Searle está chamando de ciências cognitivas é apenas um recorte de alguns autores que trabalharam essas questões. Na atualidade, há um vívido debate sobre a percepção inconsciente no âmbito filosófico e na psicologia empírica que Searle ignorou ou desconhece completamente⁹.

Ao tratar do tema da percepção inconsciente, Searle (2015) reproduz uma ideia que já nos é familiar desde a publicação de *A redescoberta da mente* (1992). Trata-se da ideia de que sempre houve “uma suspeita sobre a consciência como um nível genuíno de compreensão do comportamento humano e da cognição humana” (Searle, 2015, p. 208). Essa suspeita é traduzida pela visão de que a consciência não desempenha um papel importante em nossa cognição e comportamento, que questões que envolvem percepção ou até mesmo ação voluntária são no fundo processos inconscientes. De acordo com Searle (2015), essa visão foi amplamente implementada por aquilo que ele chamou de “ideologia da metáfora do computador”, que tinha como pano de fundo resultados experimentais. Com o intuito de lançar luz sobre o tema, Searle (2015) analisa três casos experimentais paradigmáticos sobre processos perceptuais inconscientes, a saber: (1) visão cega, (2) potencial de ação e (3) reflexos. Veremos cada um desses casos.

No que consiste a visão cega? O modo como conscientemente percebemos as coisas visualmente depende de uma área de nosso cérebro chamada córtex visual primário. Qualquer dano severo nessa área ocasiona aquilo que os neurocientistas chamam de cegueira cortical. O fenômeno da visão cega ocorre quando o sujeito com algum tipo de dano nessa área, que compromete parte significativa de seu campo visual, responde de algum modo a um estímulo mostrado em seu ponto cego que numa situação corriqueira o sujeito não conseguiria enxergar conscientemente. Searle (2015) introduz essa discussão citando o trabalho de Weiskrantz¹⁰, um dos pioneiros nesse campo de pesquisa.

9 Para uma defesa atual dos processos perceptivos inconscientes, ver: BLOCK, Ned. **The Anna Karenina Principle and Skepticism about Unconscious Perception**, 2015. Para uma linha argumentativa mais crítica desses processos, ver: PHILIPS, Ian. **Unconscious Perception Reconsidered**, 2018.

10 WEISKRANTZ, Lawrence. **Blindsight: A Case Study Spanning 35 Years and New Developments**. Ox-

A visão dos pacientes acometidos por esse tipo de dano possui uma significativa parte da extensão de seus campos visuais reduzidos. Esses pacientes são literalmente cegos de uma parte de seus campos visuais, eles não veem manchas, escuridão ou qualquer coisa do tipo. Literalmente, eles nada veem, pois não existe essa parte de seus campos visuais. Um detalhe importante é que a retina, bem como o nervo óptico, não é comprometido, apenas a área cortical da visão.

No experimento de Weiskrantz (2009), ele pede para o paciente fixar seus olhos no centro das linhas que se cruzam em uma tela de computador. Feito isso, o próximo passo é fazer piscar rapidamente um X ou um O na região do campo visual acometido pela cegueira. Dada a velocidade do estímulo, o paciente não consegue mover os olhos, mas ele pode relatar o que está acontecendo. Em seus relatos, o paciente afirma que lhe pareceu ver um X ou um O numa região que até então não percebia. Com o tempo, o paciente vai ficando mais habilidoso, acertando em mais de 90% das vezes que é submetido ao teste.

Na concepção de Searle (2015, p. 209), “[h]á claramente algo de uma forma intencional de informação sendo recebida na parte do campo visual do paciente onde ele é cego”. Em sua interpretação do experimento, Searle (2015, p. 209) considera que “esta experiência mostra claramente que existem formas de percepção intencional que não são conscientes”. Aqui temos aquilo que Searle chamou de princípio de conexão, da mesma forma que na discussão sobre o inconsciente, nesses processos perceptuais, a percepção inconsciente se revela como aquilo que em princípio poderia tornar-se parte da consciência.

Searle (2015) afirma que, para Weiskrantz (2009), o aspecto mais crucial de seu experimento é mostrar que não existe apenas uma via neuronal, mas várias vias neuronais no sistema visual e que nem todas são conscientes. O problema dessa discussão é que ela permanece na superfície. Searle a toma como algo autoevidente e, para isso, cita pesquisas posteriores ao experimento de Weiskrantz que apoiam esses dados¹¹. Portanto, apesar de interessantes, Searle (2015, p. 214) considera os casos de visão cega algo muito específico e exemplos marginais de percepção, “ninguém pode dirigir um carro, ou mesmo escrever um livro ou assistir a um filme, usando apenas os recursos da visão cega”.

O segundo caso experimental é o do potencial de ação (*readiness*). Esse caso é bastante famoso no cenário filosófico devido às implicações dos experimentos de Benjamin Libet¹², que terminaram contribuindo para o fortalecimento da ideia de que o livre-arbí-

ford: Oxford University Press, 2009.

11 MILNER, David; GOODALE, Mel. **The Visual Brain in Action**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

12 Seus famosos artigos da década de 80 são: *Time of conscious intention to act in relation to onset of cerebral*

trio é uma ilusão e que, muitas de nossas escolhas que julgamos tomar conscientemente, já são inconscientemente iniciadas a nível neuronal. Ou seja, já são previamente determinadas pelo nosso cérebro. Mencionando não apenas Libet, mas também pesquisadores alemães¹³ pioneiros na década de 70, Searle (2015, p. 210) afirmou que “os resultados de suas pesquisas pareciam mostrar que o início da ação era inconsciente, ou seja, a ação foi iniciada antes que o agente estivesse consciente do que estava fazendo”.

O experimento consiste em monitorar um sujeito que foi instruído a realizar algumas ações simples, como esticar sua mão e apertar um botão. Ele também foi previamente instruído para que toda vez que apertasse o botão olhasse para um relógio e conferisse o exato momento em que ele decidiu apertar o botão, ou seja, o momento em que sua intenção de agir teve início. O resultado empírico do experimento mostrou que, durante o processo, houve um lapso de tempo (350 milissegundos) entre uma atividade cerebral motora do sujeito e sua consciência ao iniciar a ação. A partir desses dados, a interpretação majoritária do experimento encerra a ideia de que o nosso cérebro decide que vai apertar o botão antes de estarmos conscientes de nossa decisão. Tudo se passa como se fôssemos um piloto que tem a ilusão de estar pilotando uma aeronave, quando, na verdade, a aeronave está sendo conduzida pelo piloto automático e nós somos apenas os passageiros.

Nas considerações de Searle (2015), os desdobramentos dessa discussão revelam uma filosofia ruim, ancorada num projeto experimental também ruim; uma espécie de postura filosófica que toma a consciência como algo menos importante e que, portanto, não deve ser levada a sério na investigação empírica.

Todos os tipos de pessoas que melhor deveriam saber, disseram que os experimentos de Libet refutam o livre arbítrio e mostram que nosso comportamento é de fato determinado. Talvez o livre-arbítrio seja falso, mas os experimentos de Libet não mostram nada disso. Um estudo recente sugere a possibilidade de que os resultados experimentais resultem da exigência de que os sujeitos olhem para o relógio. Talvez seja o relógio que produz o potencial de ação. Se você conduzir o mesmo experimento em que o sujeito decide não se mover, o mesmo “potencial de ação” acontece (Searle, 2015, p. 211).

activity (readiness-potential), The unconscious initiation of a freely voluntary act (1983), e *Unconscious cerebral initiative and the role of conscious will in voluntary action* (1985).

13 Ver: DEECKER, Lüder; GRÖZINGER, Berta & KORNHUBER, H. H. Voluntary finger movement in man: Cerebral potentials and theory. **Biological Cybernetics**, vol. 23, 1976, p. 99-119.

Sobre este tópico, Searle conclui que o experimento em si não refuta o livre-arbítrio. Em termos descritivos, o que o experimento na verdade mostra é apenas que ocorreu um aumento da atividade na área motora suplementar antes que o sujeito tomasse consciência de iniciar sua ação. Searle termina insistindo que o experimento não apresenta nada de consistente que invalide nossa concepção de livre-arbítrio. Ele afirma que “os sujeitos já haviam decidido fazer alguma coisa - em meu jargão, eles haviam formado uma intenção prévia - mas não havia nenhuma sugestão de que a situação anterior à ação fosse de alguma forma suficiente para causar a ação” (Searle, 2015, p. 214).

Por fim, o terceiro caso (3), sobre os reflexos. Todos nós já tivemos algumas experiências na qual os nossos reflexos atuaram de modo imediato antes mesmo que tivéssemos consciência. O caso mais comum é quando encostamos em algo quente com o nosso braço e de imediato o retiramos sem sequer ter tempo de pensar e tomar uma decisão. Dito de outra forma, iniciamos o movimento corporal antes mesmo de o percebermos. De acordo com Searle (2015), essa lacuna entre nossa consciência e os reflexos ocorre porque nosso cérebro pode levar até meio segundo ao processar um sinal de entrada até à consciência. Por isso, nosso corpo inicia a ação antes da percepção. O problema não é o fato de que nossos reflexos ocorrem numa velocidade maior que nossa percepção, o problema é que isso termina, nas palavras Searle (2015, p. 213), sendo “a ponta de um iceberg de pesquisas que sugerem que a consciência realmente não importa muito”.

A visão *standard*, desde os experimentos de Libet, é que a consciência teria o papel de monitorar nosso comportamento, mas não de iniciá-lo, ou seja, seu início se dá inconscientemente e, uma vez que tomamos consciência, só nos resta vetá-lo ou não. A ideia é muito simples, nós não escolhemos a vontade de desejar o que desejamos ou fazer o que fazemos, mas podemos nos recusar a realizá-la, isto é, “a consciência pode vetar uma ação que de outra forma teria ocorrido” (Searle, 2015, p. 213). Searle cita como exemplo recente dessa postura o trabalho de Marc Jeannerod¹⁴, o qual afirma que o processamento mental consciente é melhor elucidado quando pressupomos processos inconscientes realizando verdadeiramente suas atividades.

A consciência pode funcionar como uma espécie de policial para guiar nossas ações e pode até mesmo vetar certos tipos de ações, mas o verdadeiro motor que impulsiona a cognição e o comportamento humano é inconsciente. Acho

14 JEANNEROD, Marc. **Motor Cognition**: What Actions Tell the Self. Oxford: Oxford University Press, 2006.

que essa visão está totalmente equivocada e não é apoiada pela evidência experimental (...). (Searle, 2015, p. 213).

A conclusão de Searle (2015) em torno desse debate é que, ao contrário desse tipo de literatura, a consciência é de extrema importância, basta pensarmos numa série de atividades cotidianas da qual precisamos da consciência. Poderíamos nos imaginar dirigindo um carro, pedalando uma bicicleta, lendo um texto ou escrevendo-o inconscientemente?¹⁵ Para Searle (2015), a resposta é de natureza negativa. De toda forma, a consciência importa e ela continua sendo um desafio tanto no cenário filosófico quanto científico.

Considerações finais

Como foi afirmado ao longo do texto, o tema da percepção inconsciente é apenas um subconjunto da discussão sobre o inconsciente. Ainda em sua atual teoria da percepção, Searle enfatiza a ideia vista na seção sobre o inconsciente, a saber, para que alguma coisa seja considerada um fenômeno mental inconsciente, esta coisa deve ser algo que possa tornar-se consciente. Isso é uma condição indispensável para que possa haver aquilo que Searle chama de realidade psicológica, com conteúdo intencional e forma aspectual.

Como vimos, muito de sua crítica gira em torno do inconsciente profundo, que se comporta como se fosse mental, mas que na verdade são apenas processos neurobiológicos. Portanto, toda a discussão de Searle em torno do inconsciente e, conseqüentemente, da percepção inconsciente é exclusivamente dependente de seu modelo explicativo de uma teoria intencional da consciência e da percepção. Searle não nega que existem processos mentais inconscientes, muitos processos neurobiológicos estão acontecendo neste exato momento em nossa experiência perceptiva. Todavia, isso não significa que se trata de alguma realidade mental, mas apenas de algo que é condição de possibilidade para os diversos estados mentais.

15 Um desafio para essa questão são os casos de sonambulismo. Embora muito específicos, ainda assim se configuram como um contrafactual à questão formulada. Tenho um texto em andamento sobre o tema, mas ainda é preciso amadurecer alguns *insights*.

Referências

ARMSTRONG, David, M. **A materialist theory of the mind**. London. Routledge & Kegan Paul. 1968.

ARAUJO, J. P. M. Representacionalismo e realismo direto na teoria da percepção de John. R. Searle. In: SOUZA, Marcus José Alves de & LIMA FILHO, Maxwell Morais de (Orgs.). **Escritos de filosofia IV: Linguagem e Cognição**. Porto Alegre. Editora Fi, 2020.

BLOCK, Ned. The Anna Karenina principle and skepticism about unconscious perception. **Philosophy and Phenomenological Research**, Vol. 93, No. 2, 2016, p. 452-9.

BRENTANO, Franz. **Psychology from an empirical standpoint**. New York. Routledge. 1995 (original 1874).

DAVIDSON, Donald. Actions, reasons, and causes. **The Journal of Philosophy**, Vol. 60, No. 23, (1963), p. 685-700.

DEECKER, Lüder; GRÖZINGER, Berta; KORNHUBER, H. H. **Voluntary finger movement in man: Cerebral potentials and theory**. *Biological Cybernetics*, vol. 23, 1976, p. 99-119.

FREUD, Sigmund. Algumas observações sobre o conceito de inconsciente na psicanálise. (original 1912). In: FREUD, S. **Obras Completas**, vol. 10, Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia ("O caso Schreber"), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913). (*Tradução* Paulo César de Souza). São Paulo. Companhia das Letras, 2011.

GRICE, H. Paul. The causal theory of perception. **Proceedings of the Aristotelian Society**, Supp. vol. xxxv, 1961, p. 121-53.

JEANNEROD, Marc. **Motor cognition: What actions tell the self**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

LIBET, Benjamin. Time of conscious intention to act in relation to onset of cerebral activity (readiness-potential). The unconscious initiation of a freely voluntary act. **Brain** 106, no. 3, 1983. p. 623-42.

LIBET, Benjamin. Unconscious cerebral initiative and the role of conscious will in voluntary action. **Behavioral and Brain Sciences**, Vol. 8 , Issue 4, 1985 , p. 529-39.

MARTIN, Michael G. F. The limits of self-awareness. In: BYRNE, Alex & LOGUE, Heather (Eds.). **Disjunctivism: Contemporary Readings**. Massachusetts. The MIT Press, 2009, p. 271-317.

MAUND, Barry. **Perception**. Chesham. Acumen, 2003.

MILNER, David; GOODALE, Mel. **The visual brain in action**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

PHILIPS, Ian. Unconscious perception reconsidered. **Analytic Philosophy** Vol. 59 No. 4, 2018 p. 471–514.

REID, Thomas. **Essays on the Intellectual Powers of Man**. Edited by A. D. Woozley. London. Macmillan. 1941 [1785]

SEARLE, John. **Intentionality: An essay in the philosophy of mind**. Cambridge University Press, 1983.

SEARLE, John. **Intentionality and its place in nature**. *Synthese* 61 (1984) p. 3-16.

SEARLE, John. Consciousness, unconsciousness and intentionality. **Philosophical issues**, 1991, Vol. 1, Consciousness (1991), p. 45-66

SEARLE, John. **The rediscovery of the mind**. Massachusetts: The MIT Press, 1992.

SEARLE, John. **Rationality in action**. Massachusetts: The MIT Press, 2000.

SEARLE, John. **Mind: A brief introduction**. Oxford University Press, 2004.

SEARLE, John. Perceptual intentionality. **Organon F**, 19, 2012, p. 9-22.

SEARLE, John. **Seeing things as they are: A theory of perception**. Oxford University Press, 2015.

SOTERIOU, Matthew. **Disjunctivism**. New York: Routledge, 2016.

STICH, P. Stephen. Beliefs and subdoxastic states. **Philosophy of Science**, Vol. 45, No. 4 (Dec., 1978), p. 499-518.

WEISKRANTZ, Lawrence. **Blindsight**: A case study spanning 35 years and new developments. Oxford: Oxford University Press, 2009.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical investigations**. Translated by G. E. M. Anscombe. Revised by Peter Hacker and Joachim Schulte. Oxford: Wiley-Blackwell. (german-english bilingual edition) 2009 [1953].



